



## PRODESAN - PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S.A.

CNPJ 58.131.582/001-25

Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2024

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da PRODESAN – Progresso e Desenvolvimento de Santos S.A. apresenta-lhes a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

#### ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2024

1 - No ano de 2024, mantiveram-se os contratos de prestação de serviços, em caráter contínuo, com a Prefeitura Municipal de Santos a saber:

- prestação de serviços na área de tecnologia da informação
- fiscalização e controle dos serviços de limpeza pública
- operação da coleta seletiva
- serviços de conservação de vias públicas
- serviços de digitação e revisão de textos de atos oficiais

• serviços de limpeza de unidades das Secretarias da Saúde, de Desenvolvimento Social, do Meio Ambiente (Coordenadoria de Proteção da Vida Animal), do Paço Municipal e Centro Administrativo

- suporte técnico à execução de projetos desenvolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDURB
- instalação e operação de sanitários públicos móveis em feiras livres e outros locais

• serviços de limpeza do sistema de drenagem compreendendo: desassoreamento e limpeza de canais, limpeza de córregos e galerias, de caixas nos sopés dos morros, de poços de visita, de canaletas, ramais de ligação e bocas de lobo e remoção do excesso de areia da praia

- prestação de serviços de terraplanagem em ruas não pavimentadas de Caruara
- suporte à elaboração de projetos de arquitetura e engenharia para a Secretaria de Obras e Edificações – SEOBE (antiga SIEDI)
- elaboração de projetos de prevenção e combate a incêndio para diversos próprios municipais
- repavimentação de vias públicas nos Morros de Santos
- manutenção predial das unidades da SEDUC

2 – O Contrato de Prestação de Serviços na área de Tecnologia da informação e Comunicação com a CAPEP - Caixa de Assistência ao Servidor Público de Santos teve continuidade em 2024.

3 – Inobstante o aumento de 32,80%, em relação a 2023, na quantidade de massa asfáltica aplicada nos serviços de "tapa-buraco", o término do contrato de repavimentação de ruas nos morros em fevereiro de 2024, e a redução do volume de venda para terceiros acarretaram um decréscimo de 23,85% na produção de massa asfáltica a cargo do Departamento de Conservação de Vias Asfaltadas - 11.482,58 t para 8.743,55 t.

A venda de massa asfáltica para terceiros foi reduzida em quase 55%, passando de 4.009,30 toneladas em 2023 para 1.816,99 toneladas em 2024.

Os serviços de pavimentação em pequenos trechos de ruas do Município que, em 2023 consumiram 3.326,59 toneladas de massa, em 2024 registraram somente 1.602,23 toneladas aplicadas.

4 – O Departamento de Apoio à Limpeza Pública – DEAP realizou a limpeza em 274.010 metros de galerias, 22.688 ações de limpeza em bocas de lobo, e 11.358 ações em poços de visita. Os serviços de limpeza dos canais cobertos atingiram 17.481 m de canal; nos canais abertos, os serviços chegaram a 168.649 metros. No desassoreamento de canais e limpeza de galerias, as equipes do DEAP retiraram desses locais 5.484 toneladas de resíduos.

5 - Na coleta de materiais recicláveis, o DEAP recolheu em 2024, 4.765,86 toneladas, 13,78% superior à quantidade recolhida em 2023 que foi de 4.188,79 toneladas.

6 – O Departamento de Arquitetura e Urbanismo – DEURB realizou em 2024 projetos executivos de acessibilidade das Unidades de Ensino Luiz Lopes, Barão do Rio Branco, João Walter Sampaio Smolka, Ivela Mesquita Nogueira, Eunice Caldas e Candinha Ribeiro de Mendonça. O Orçário Municipal também foi objeto de elaboração de projetos executivos para reforma, ampliação e acessibilidade do playground, viveiro dos psicóides e casa das orquídeas. O projeto de revitalização, modernização e ampliação do Aquário Municipal elaborado pelo DEURB foi enviado para aprovação do CONDEPHAAT.

7 – O Departamento de Engenharia - DE elaborou projetos complementares, especificações, orçamento e cronograma para reforma das escolas municipais Rubens Lara, Yara Nascimento Santini e Maria Carmelita Proost Vilaça; elaborou peças gráficas e elementos técnicos de engenharia para reforma da ARENA SANTOS; elaborou projetos complementares (estrutural, elétrica, hidráulica) para Construção dos seguintes equipamentos: nova base do SAMU, UME Flávio Cipriano Barbosa, bem como para reforma do Centro Esportivo e Recreativo da Zona Noroeste. Para execução das adequações necessárias à obtenção do AVCB das Unidades de Ensino Maria Helena Roxo e Professora Edmea Ladevig, foram elaborados projetos complementares e elementos técnicos de engenharia que servirão ao processo licitatório.

A Unidade de Topografia do DE realizou levantamentos em diversos locais: Praça do Aquário Municipal, Bairro da Alegria, Orquidário Municipal, Centro Cultural, Esportivo e Turístico do Morro de São Bento, Complexo Esportivo e Recreativo Reboças, Unidades de Ensino Magali Alonso e Maria Carmelita Proost Vilaça.

O contrato de elaboração de projetos para obtenção do AVCB de diversos equipamentos do Município teve seu encerramento em novembro de 2024, no período de 2021 a 2024 foram entregues 11 projetos para unidades da Secretaria da Educação, 11 projetos para a Secretaria da Saúde, 8 projetos para a Secretaria de Desenvolvimento Social, além do projeto do Centro Administrativo (rua D. Pedro) e sede da Guarda Civil Municipal na Praça Reboças.

A construção do novo Almoxarifado do Departamento Operacional na Av. Rangel Pestana teve ainda o acompanhamento e fiscalização do DE, em 2024.

8 - Para servir ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo e ao Departamento de Engenharia foram adquiridos, em 2024, equipamentos para melhoria dos levantamentos métrico-arquitetônicos e planialtimétricos, buscando minimizar erros na elaboração de desenhos e identificação de problemas em locais de difícil acesso. Os equipamentos adquiridos – Drone e Estação Total Eletrônica – permitirão a apresentação de produtos com exportação de dados para softwares de metodologia BIM (Modelagem da Informação da Construção), na qual é simulado todo o processo construtivo, permitindo diversos tipos de análises, antecipando eventuais problemas que não são identificados no método tradicional de elaboração de projetos.

9 – O Departamento de Tecnologia da Informação – DINF desenvolveu para a PRODESAN duas novas aplicações: J.Pro.Ramal que permite a gestão autônoma das telefonistas nas alterações de nomenclatura e ramais em uso na Empresa e, J.Pro.Pagamento que possibilita o envio aos Bancos de lotes de pagamento a serem feitos via PIX.

O DINF participou também do processo de mudança do vale-alimentação fornecido aos funcionários da Empresa, através da implantação de recurso, no portal da PRODESAN, para escolha da empresa de preferência do funcionário.

As estações de trabalho da PRODESAN receberam, através dos técnicos do DINF, a atualização da versão de diversos softwares/aplicativos. Links de internet também foram instalados pelo DINF no atestado da Alegria e no imóvel ocupado pelo DEOP na av. São Francisco.

No contrato mantido com a CAPEP – Caixa de Assistência ao Servidor Público Municipal de Santos, além do acompanhamento das rotinas diárias que envolvem os serviços ligados à tecnologia da informação, o DINF realizou a migração dos dados para o novo servidor de domínio da CAPEP e participou da especificação de equipamentos para instrução de processo licitatório promovido por aquele órgão.

Em 2024 o DINF adquiriu um novo Software como Servidor de Domínio (Autenticação) que irá substituir o atual Servidor SAMBA em uso há quase 10 anos.

A equipe do DINF que atua no contrato de prestação de serviços para o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DETIC, ligado à Secretaria do Governo, participou, em 2024, da ampliação do projeto de instalação de 1.500 câmeras na cidade, da instalação de novos softwares de gestão, segurança e monitoramento da infraestrutura e dados da Prefeitura

10 – O Departamento Operacional – DEOP manteve, em 2024, os contratos de prestação de serviços de limpeza das unidades da Saúde, Desenvolvimento Social, Finanças e Gestão, Meio Ambiente (CODEVIDA) e apresentou proposta para celebração de novos contratos de limpeza para unidades da Secretaria de Turismo, da Secretaria de Segurança e Secretaria da Mulher, bem como para o Parque Valongo, ligado à Secretaria de Governo. As propostas encontram-se em

tramitação nos processos administrativos, aguardando-se a celebração de novos contratos em 2025.

O procedimento licitatório que tinha por objeto a aquisição de novos trailers foi revogado em razão de ter sido constatada a necessidade de revisão do projeto, dadas as dificuldades operacionais que poderiam acarretar. Todavia, os sanitários públicos continuaram a ser instalados e operados pelo DEOP nas feiras-livres, nos eventos "Baile na Praia", na Fonte do Sapo, e "Clube do Choro", na Praça junto ao Aquário Municipal.

Foram adquiridos pelo DEOP, em 2024, novos roupeiros, estantes e armários de aço para instalação no novo Almoxarifado cuja construção foi concluída em dezembro de 2024.

#### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Balanço encerrado em 31 de dezembro de 2024 apresenta uma situação diferente das exibidas nos últimos anos: a redução do Passivo e dos prejuízos acumulados.

Essa condição decorre das ações promovidas pela Diretoria da Empresa com vistas ao equacionamento da sua dívida, através da celebração de Acordos de Pagamento e adimplemento de suas obrigações, aliadas à busca de novas Receitas e acompanhamento constante das suas Despesas. As despesas financeiras, entretanto, reduziram a eficácia dessas medidas, dado o volume dos encargos financeiros devidos.

A Portaria 6757/2022 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional veio mostrar um novo caminho para minimizar essa situação ao permitir, mediante análise de recuperabilidade das dívidas da Empresa, a celebração de Termo de Transação Individual com a concessão de descontos nesses encargos.

A PRODESAN requereu já em 2023, com base nesse dispositivo legal, um novo parcelamento para o saldo devedor do Termo de Amortização da Dívida Fiscal, celebrado em 2001 e do Auto de Infração relativo ao IRPJ e CSLL, ano base 2009. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional deferiu esse pedido em dezembro de 2024.

Por esse Termo de Transação Individual com a PGFN, a PRODESAN obteve desconto de 65% nos encargos financeiros (R\$ 84,2 milhões) e iniciou o pagamento da primeira das 60 parcelas previstas, no próprio mês de dezembro de 2024. Aditivo a esse Termo vem sendo negociado pela PRODESAN em 2025 o que levará a um novo desconto no montante dos encargos contabilizados e um novo decréscimo no Passivo ao término do corrente exercício.

Assim, os descontos obtidos permitiriam que o Balanço de 2024 apresente uma redução de 51% nas Obrigações Tributárias e 13,5% no Total do Passivo. A contabilização desse ganho provocou a apuração de Lucro, R\$ 66,7 milhões no exercício.

Registrarmos ainda que a Receita Operacional Bruta da Empresa teve um aumento de 12,11%, o Lucro Bruto teve um acréscimo de 21,6% e, os recursos financeiros advindos de suas atividades operacionais possibilitaram a manutenção de um fluxo de caixa equilibrado, sem necessidade de integralização do capital subscrito pela Prefeitura.

A PRODESAN permanece no aguardo da decisão judicial sobre a Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica Tributária nas operações com o Município em relação ao PASEP-COFINS, que recebeu sentença favorável em 19 de novembro de 2020, pela 2ª Vara Federal em Santos, quando foi concedida a tutela antecipada a fim de determinar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário do PASEP e da COFINS, em relação a todos os valores creditados financeiramente à PRODESAN pelo Município de Santos, e, teve confirmada essa sentença em 25.10.2023, conforme acórdão do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Também os entendimentos com o Município, para pagamento do saldo devedor do Termo 43/2011, através da dação em pagamento de parte dos seus imóveis, não tiveram conclusão em 2024, todavia, com a assinatura, em janeiro de 2025, do contrato de Concessão Administrativa para operação dos serviços públicos integrados de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, com a empresa que instalará na área do Departamento de Conservação de Vias Asfaltadas – DASFA a Estação de Transbordo, aguarda-se o desfecho desse processo em 2025.

Os assuntos retro mencionados – celebração de Aditivo ao Termo de Transação com a PGFN, decisão sobre a Ação do PASEP-COFINS e pagamento do Termo 43/2011 – levarão à apresentação de melhores resultados nos Balanços dos próximos exercícios.

**CARLOS ALBERTO FERREIRA MOTA**  
Presidente do Conselho de Administração

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ (1.000)

A T I V O	Notas	2.024	2.023
<b>CIRCULANTE</b>			
Equivalentes de Caixa		17.163.618	15.008.354
Duplicatas a Receber	5.1	12.314.993	9.896.706
Contas a Receber	5.2	8.461	8.702
Outros Créditos	6.1 e 6.2	6.247.164	3.606.720
( - ) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.1	(268.975)	(308.201)
Estoques		932.102	758.772
Despesas Antecipadas		362.106	321.540
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>36.759.469</b>	<b>29.292.593</b>
<b>NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
Outros Créditos	6.3	627.484	617.319
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>627.484</b>	<b>617.319</b>
<b>IMOBILIZADO INTANGÍVEL</b>			
	7	89.735.305	89.041.577
	7	113.279	71.161
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>90.476.068</b>	<b>89.730.057</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>127.235.537</b>	<b>119.022.650</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2.024	2.023
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		2.505.489	1.903.338
Obrigações com Pessoal		35.799	20.407
Obrigações Sociais e Previdenciárias	4 e 8	8.868.279	4.756.194
Obrigações Tributárias	4 e 8	10.675.751	47.468.560
Obrigações com Ações Judiciais	11	645.026	621.745
Outras Obrigações	11	8.116.632	7.503.349
Outras Exigibilidades		654.671	609.780
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>31.501.647</b>	<b>62.883.373</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Obrigações Sociais e Previdenciárias	4 e 10	137.262.807	163.428.971
Obrigações Tributárias	4 e 9	24.732.824	25.038.281
Obrigações com Ações Judiciais	10 e 11	992.127	882.089
Outras Obrigações	10	83.518.865	184.610.746
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>346.506.623</b>	<b>373.960.087</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>378.008.270</b>	<b>436.843.460</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	13 e 14		
Capital Subscrito		41.049.649	41.049.649

( - ) Capital à Integralizar	(2.000.000)	(2.000.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	59.128.668	59.721.613
Prejuízos Acumulados	(348.951.050)	(416.592.072)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(250.772.733)</b>	<b>(317.820.810)</b>
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>127.235.537</b>	<b>119.022.650</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Notas	2.024	2.023
Receita Operacional Bruta		13.482.109	101.223.623
(-) Impostos e Devoluções		(11.131.404)	(10.291.928)
Receita Operacional Líquida	13.4	102.350.705	90.931.695
(-) Custos dos Serviços e Produtos Vendidos	13.4	(76.878.992)	(69.992.091)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>25.471.713</b>	<b>20.939.604</b>
<b>Despesas Operacionais</b>			
Pessoal e Encargos		15.300.789	12.741.392
Honorários da Administração		1.124.014	1.011.704
Depreciações		854.382	847.907
Gerais e Administrativas	13.5	1.568.770	7.372.358
Receitas Financeiras Líquidas	13.3	(60.118.863)	46.448.212
<b>TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(41.270.908)</b>	<b>68.421.573</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS</b>	<b>13.5</b>	<b>66.742.621</b>	<b>(47.481.969)</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>13.5</b>	<b>66.742.621</b>	<b>(47.481.969)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>13.5</b>	<b>66.742.621</b>	<b>(47.481.969)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) PARA LOTE DE MIL AÇÕES</b>			
(3.904.964.899 ações ordinárias nominativas)		16,26	(11,57)

#### DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Notas	2.024	2.023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>		<b>66.742.621</b>	<b>(47.481.969)</b>
<b>Ajustes:</b>			
Depreciação/Amortização		1.323.108	1.267.684
Perdas Baixa do Imobilizado		2.570	4.037
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa (Aumento) Diminuição de Duplicatas a Receber (Aumento) Diminuição de Contas a Receber		389.149	306.057
		(2.418.287)	(366.254)
		241	(265)

Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

#### NOTA 03 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

##### b) Aplicações financeiras

Registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até o encerramento do exercício.

##### c) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustado ao seu valor recuperável, quando aplicável, bem como pela provisão para perdas dos investimentos sem respectiva recuperação ou pelos rendimentos auferidos.

##### d) Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear às taxas descritas na nota explicativa nº 07.

O Imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro

for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. Alguns bens permanecem gravados por conta de execução fiscal, conforme nota explicativa nº 12.

##### e) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização e perdas acumuladas de seu valor recuperável. Esses ativos estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes.

Os ativos intangíveis são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

##### f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido que exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

##### NOTA 01 - ATIVIDADES

A PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A, sociedade de economia mista, constituída nos termos da autorização contida na Lei Municipal nº 3.133/65, tem como acionista majoritária a Prefeitura Municipal de Santos, e suas atividades atuais abrangem:

- Executar serviços de limpeza no sistema de drenagem;
- Fiscalizar a operação das atividades relacionadas à limpeza pública;
- Produzir massa asfáltica;
- Executar serviços de Conservação de Vias Públicas;
- Executar serviços de limpeza de edificações de próprios municipais;
- Elaborar projetos de arquitetura e de engenharia;
- Organizar e administrar serviços na área da Tecnologia da Informação;
- Assistir a Administração Pública Municipal em áreas de seu interesse;
- Realizar quaisquer outras atividades compatíveis com as suas finalidades

##### NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 12 de março de 2025. Tais demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos

# PRODESAN - PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S.A.

CNPJ 58.131.582/001-25

Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2024

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

**g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**  
Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis são ajustadas pelo seu valor presente.

**h) Provisões**  
As provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que os recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.  
A empresa é parte em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referente a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável seja feita. Essa avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias variadas de causas processuais.

## NOTA 04 – PARCELAMENTOS ESPECIAIS

### 4.1 – Parcelamento Lei 11.941/2009 de 27.05.2009

Foram adimplidos os pagamentos dos parcelamentos dos impostos Federais e contribuições previdenciárias, sendo os mesmos quitados no exercício de 2024.

Circulante	2024	2023
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – débitos previdenciários	-	2.369.917
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – demais débitos	-	1.394.067
Receita Federal do Brasil - demais débitos	-	155.964
<b>TOTAL</b>	-	<b>3.919.948</b>

## NOTA 05 - VALORES A RECEBER

Os valores a receber são compostos por grupos de contas derivadas de suas atividades operacionais:

### 5.1 – Duplicatas a receber

Cilientes:	2024	2023
<b>Prefeitura Municipal de Santos</b>		
Serviços Conservação de Vias Públicas	538.522	2.119.575
Serviços Diversos (Limpeza, Engenharia e Arquitetura, Informática)	11.157.446	6.769.652

Terceiros	2024	2023
Serviços Diversos	619.025	1.007.479
<b>Total Geral</b>	<b>12.314.993</b>	<b>9.896.706</b>

5.2 – Valores a Receber	2024	2023
Circulante		
Outros valores a Receber	8.461	8.702
Total no Circulante	8.461	8.702

## NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

### 6.1 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

Valores a receber referentes a adiantamentos, valores em conta vinculada e depósitos judiciais, especificamente de ações judiciais provocadas por fornecedores de bens e serviços.

### 6.2 – IMPOSTOS RECUPERÁVEIS

Os valores dos impostos recuperáveis, inclusive de impostos e contribuições retidos sobre os serviços prestados, valores estes atualizados e compensados mensalmente com impostos da mesma natureza ou no exercício seguinte com os demais tributos federais.

### 6.3 – OUTROS VALORES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em decorrência de alguns processos trabalhistas em andamento, a empresa mantém valores de depósitos recursais em contas judiciais.

Composição	2024	2023
<b>6.1 – Outras Contas a Receber</b>		
Adiantamentos	177.195	186.008
Outros Créditos	590.927	506.583

6.2 – Retenções	2024	2023
Imposto de Renda Retido na fonte – ano base 2022	115	115
Imposto de Renda Retido na fonte – ano base 2023	413	2.949.405
Imposto de Renda Retido na fonte – ano base 2024	5.635.708	-
<b>Total</b>	<b>6.404.358</b>	<b>3.642.111</b>

Não Circulante	2024	2023
6.3-Outros Valores/Depósitos Judiciais	627.484	617.319
<b>Total</b>	<b>627.484</b>	<b>617.319</b>

## NOTA 07 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Item	% Taxas Depreciação Amortização	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Valor Líquido 2024	Valor Líquido 2023
Terrenos	-	73.441.679	-	73.441.679	73.441.679
Edificações/ Beneficórias	4	22.460.025	9.732.676	12.727.349	13.625.500
Máquinas/ Equipamentos	10/20	2.707.419	2.139.795	567.624	589.352
Móveis/ Utensílios	10/20	1.231.582	719.472	512.110	344.082
Veículos	20	1.841.501	1.184.640	656.861	870.194
Instalações	10/20	1.891.521	104.472	1.787.049	134.142
Outros	10/20	123.912	81.279	42.633	36.378
<b>Total</b>		<b>103.697.639</b>	<b>13.962.334</b>	<b>89.735.305</b>	<b>89.041.577</b>
Intangível	10/20	510.601	397.322	113.279	71.161

## NOTA 08 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As Obrigações Sociais e Previdenciárias estão compostas pelos seguintes grupos de

contas:

Composição	2024	2023
<b>INSTITUTO NACIONAL SEGURO-INSS</b>		
Contribuições a vencer	1.032.661	923.455
<b>FUNDO GARANTIA TEMPO SERVIÇO-FGTS</b>	<b>515.000</b>	<b>472.064</b>
<b>Outras Obrigações</b>	<b>15.984</b>	<b>14.450</b>
<b>Total</b>	<b>1.563.645</b>	<b>1.409.969</b>

## PARCELAMENTOS

### Parcelamento - Lei 11.941/2009

Débitos Previdenciários 07/2000 a 01/2008 - 180 parcelas - 2.369.917

### Parcelamento Simplificado/Ordinário – Receita Federal do Brasil

Débitos Previdenciários 08 a 13/2018 – 60 parcelas - 228.808

Débitos Previdenciários 05 e 06/2017 e 03 a 07/2018 - 60 parcelas - 368.485

### Parcelamento–Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Débitos Previdenciários 08/2017 a 02/2018 – 30 parcelas - 379.014

Débitos Previdenciários–Termo Transação Individual - 60 parcelas - 3.346.224

**TOTAL** 7.304.633 3.346.224

**TOTAL GERAL** 8.868.278 4.756.193

## NOTA 09 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

Composição	2024	2023
<b>Contribuição para Financiamento da Seguridade Social-COFINS</b>		
Contribuições a Vencer	525.722	432.769
Contribuições Vencidas	48.041.590	37.448.887
<b>Programa Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP</b>		
Contribuições a Vencer	113.631	93.571
Contribuições Vencidas	9.578.199	7.329.377
<b>IMPOSTO DE RENDA NA FONTE</b>		
Contribuições a vencer	561.493	485.324

### Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

Contribuições a vencer 2.825 105.302

OUTRAS OBRIGAÇÕES 25.913 23.299

**Total** 58.849.373 45.918.529

Circulante	2024	2023
<b>Obrigações Tributárias</b>		
<b>PARCELAMENTOS – Lei 11.941/2009</b>		
Demais Débitos – 01/1992 a 11/2007 – 180 parcelas	-	1.550.031
<b>Total no Circulante</b>	-	<b>1.550.031</b>

Não circulante	2024	2023
<b>Obrigações Tributárias</b>		
TRIBUTOS DIFERIDOS	24.732.824	25.038.281
<b>Total</b>	<b>24.732.824</b>	<b>25.038.281</b>

Os débitos com os impostos, Cofins e Pasep estão sendo contestados na justiça, a Empresa através do escritório TREVISAN ADVOGADOS ajuizou Ação Declaratória de inexistência de relação jurídica tributária, a ação tem como objeto a declaração de isenção dos impostos sobre os repasses da Prefeitura Municipal de Santos.

## NOTA 10 – PARCELAMENTOS A LONGO PRAZO

10.1 – Composição	2024	2023
<b>OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIARIAS</b>		
<b>DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS</b>		
Parcelamento – Procuradoria Geral Fazenda Nacional	89.089.186	63.428.971
<b>Total</b>	<b>89.089.186</b>	<b>163.428.971</b>

OUTRAS OBRIGAÇÕES	2024	2023
<b>Amortização Parcelamento-Prefeitura Municipal de Santos</b>		
Lei 11.941/2009 e Lei 10.522/2002	183.298.810	167.461.553
Outras Amortizações-Parcelamento Convencional	-	4.473
Obrigações com Ações Judiciais	992.128	882.089
Parcelamento Fornecedor	220.054	1.980.992
Outras Obrigações	-	15.163.729
Contribuições Sociais – COFINS / PASEP	48.173.621	-
Tributos Diferidos	24.732.824	25.038.280
<b>Total</b>	<b>257.417.437</b>	<b>210.531.117</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>346.506.623</b>	<b>373.960.088</b>

## 10.2 – Parcelamentos

### 10.2.1 – INSS

Com a promulgação do Edital PGDAU nº 03/2023 em consonância com a Portaria 6757/2022, a Prodesan solicitou o parcelamento em 05/09/2023, requerimento nº 20230289412 (Protocolo nº 02195422023), onde foi deferido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 03/12/2024. A Prodesan obteve de desconto efetivo na consolidação o valor de R\$ 73.916.747, conforme Portaria 6757/2022 que permitia a redução dos encargos financeiros com base na recuperabilidade. Portanto, o saldo de R\$ 89.089.186 no grupo de Obrigações Sociais e Previdenciárias refere-se ao saldo junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, composto pelo Termo de Transação Individual no valor de R\$ 31.871.955 negociado em 60 parcelas e o Termo Aditivo de Transação Individual no valor de R\$ 57.217.230 em negociação de assinatura para pagamento em 120 parcelas.

### 10.2.2 – Parcelamento – Lei 11.941/09 e Lei 10.522/02

Autorizada pela Lei Municipal nº. 2.739, de 21 de dezembro de 2010, a Prefeitura Municipal de Santos garantiu o pagamento integral das parcelas dos acordos de parcelamento de débitos da Prodesan junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, ajustados nos termos das Leis Federais nºs. 11.941, de 27 de maio de 2009, e 10.522, de 19 de julho de 2002. Foi firmado com a Prefeitura o Termo de Compromisso nº 43/2011, processo nº 19379/2009-98, para reembolso dos valores pagos, em 240 parcelas, atualizadas pela variação anual do IPCA. O saldo devedor em 31/12/2024, incluída a variação anual do IPCA, é de R\$ 183.298.810, a Prodesan continua com as tratativas junto a Prefeitura Municipal de Santos com vistas a amortização do saldo devedor, mediante dação de imóveis em pagamento e, dentro da capacidade financeira da empresa.

### 10.2.3 – Outras Obrigações

Consolidado o parcelamento do Auto de Infração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica

– IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL que estava em processo junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o mesmo foi incluído no pedido do parcelamento do requerimento nº 20230289412 (Protocolo nº 02195422023), que foi deferido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 03/12/2024. A Prodesan obteve de desconto efetivo na consolidação o valor de R\$ 10.349.074 conforme a Portaria 6757/2022 que permitia a redução dos encargos financeiros com base na recuperabilidade, parcelamento quitado a vista.

### 10.2.4 – Atualização Monetária – débitos previdenciários

Os valores das dívidas previdenciárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

### 10.2.5 – Parcelamentos – Lei 11.941/09

Conforme nota explicativa nº 4, foram quitados no exercício de 2024.

### 10.2.6 – Atualização Monetária – débitos tributários

Os valores das dívidas tributárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

## NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES E CONTINGÊNCIAS

### Processos Cíveis e Trabalhistas

Valores relativos a ações trabalhistas e cíveis são reconhecidos de acordo com a posição dos advogados da Empresa, e estão assim constituídas:

Composição	2024	2023
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		
Féris e Encargos	8.116.632	7.503.349
<b>Total</b>	<b>8.116.632</b>	<b>7.503.349</b>
<b>OBRIGAÇÕES AÇÕES JUDICIAIS</b>		
Circulante	645.027	621.745
Não Circulante	864.272	778.121
<b>Total</b>	<b>1.509.299</b>	<b>1.399.866</b>
<b>PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS</b>		
Não Circulante	127.855	103.968
<b>Total</b>	<b>127.855</b>	<b>103.968</b>
<b>Total Geral</b>	<b>9.753.786</b>	<b>9.007.183</b>

## NOTA 12 – ONUS E GRAVAMES DE BENS

Alguns bens imóveis estão em garantia ao processo de parcelamento de natureza fiscal, conforme nota 10.2.1.

## NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PRINCIPAIS VARIAÇÕES NO RESULTADO

A situação patrimonial da empresa no exercício de 2024 apresentou Lucro, o fator principal foi o desconto obtido no parcelamento conforme a Portaria 6757/2022 que permitia a redução dos Encargos Financeiros, o desconto foi no montante de R\$ 84,2 milhões referente a multas, juros e correção monetária. Destacamos que os parcelamentos da Lei 11941/2009 e Lei 10522/2002, foram quitados como também os débitos apurados no Auto de Infração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (nota 10.2.3).

### 13.1 – Despesas com Pessoal

As despesas com folha de pagamento e encargos sociais representaram no exercício, um dispêndio de R\$ 78 milhões.

### 13.2 – Capital de Giro

Os recursos financeiros advindos de suas atividades operacionais possibilitaram a manutenção de um fluxo de caixa equilibrado, neste exercício não ocorreu aporte de recursos pela acionista majoritária.

### 13.3 – Encargos Financeiros

Os encargos financeiros com multa, juros e atualização monetária são decorrentes principalmente da dívida com a Prefeitura Municipal de Santos, tendo como base o Termo 43/2011 (nota 10.2.2) referente ao parcelamento da Lei 11.941/2009 e Lei 10.522/2002 e demais encargos adimplidos no exercício atingindo o montante de R\$ 26 milhões.

### 13.4 – Receitas Operacional Líquida / Custo dos Serviços / Produtos / Lucro Bruto

Ocorreu um aumento de R\$ 12,2 milhões na receita operacional bruta equivalente a 12,1 % em comparação ao exercício anterior, os custos dos serviços /produtos aumentaram em R\$ 7 milhões equivalente a 9,8 %, em consonância com a receita operacional. No exercício foi obtido um Lucro Operacional de R\$ 25 milhões equivalente a 24,9% da receita operacional líquida.

### 13.5 - Resultado do Exercício

No exercício de 2024, apurado o Lucro de R\$ 67 milhões, o resultado do exercício foi impactado principalmente pelos descontos obtidos na consolidação dos parcelamentos junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no montante de R\$ 84,2 milhões conforme nota 13.

## NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

O capital social está representado por 4.104.964.899 ações ordinárias nominativas de R\$ 0,01 cada. A Prefeitura Municipal de Santos detém 4.101.270.728 ações, correspondente a 99,9%, do capital total.

A empresa, considerando o artigo 6º, da Lei 11.638 de 28/12/2007, optou por manter os saldos existentes nas reservas de Ajustes de Avaliação Patrimonial até a sua efetiva realização.

## NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS

A empresa mantém cobertura de seguros, para os bens do imobilizado, em montante que considera suficiente face os riscos envolvidos. A composição das coberturas em 31.12.2024 estão assim constituídas:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Edifícios	25.580.000
Veículos – Danos Materiais e Terceiros	2.100.000
Veículos – Danos Pessoais e Terceiros	2.100.000
Veículos – Danos Morais	700.000
<b>Total</b>	<b>30.480.000</b>

**CARLOS ALBERTO FERREIRA MOTA**  
Diretor Presidente

**SERGIO DEL BEL JUNIOR**  
Diretor Administrativo-Financeiro

**REGINA RODRIGUES DOS SANTOS**  
CRC 1SP 158.507/O-0

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A Santos – SP**

### Opinião Com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A encerradas em 31 de dezembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações, e seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades estão descritas na seção: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, conforme princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma

opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### Redução ao valor recuperável do Imobilizado

Considerando o Imobilizado da Companhia item relevante sobre as demonstrações contábeis, a mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas do imobilizado necessita que a diretoria da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da diretoria e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas da concessão, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da diretoria acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela diretoria em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) cálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a

avaliação da diretoria com relação a parcelamentos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela diretoria, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Dívidas tributárias

As obrigações tributárias não recolhidas em diversos exercícios passados, por vezes, parcelados e reparcelados, mas não tendo continuidade nas amortizações, trouxeram como consequência prejuízos financeiros com representatividade relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossas verificações e evolução desse endividamento foram feitas com base em levantamento das planilhas de controles de atualização da dívida e acompanhamento das questões processuais.

### Parágrafo de Ênfase

A Companhia encontra-se com o Patrimônio Líquido a descoberto em 31 de dezembro de 2024 devido alto endividamento tributário acumulado no decorrer dos anos anteriores. Entretanto, no decorrer do exercício foram feitas tratativas para solução das dívidas, conforme relatadas nas Nota Explicativa nº 10 e subitens, mencionando que os valores assumidos com a Prefeitura Municipal de Santos estão em tratativas para solução com dação de imóveis, assim como, a dívida tributária com PGFN com parcelamentos firmados em 2024.

### Outros Assuntos

As demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 3

# PRODESAN - PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S.A.

CNPJ 58.131.582/001-25

Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2024

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exerceu julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de

auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2025.

**TBRT AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
**CRC 2SP021239/O-9**  
**IVALDO SABURO YAMAMOTO**  
**CONTADOR CRC 1SP195282/O-9**

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **PRODESAN – Progresso e Desenvolvimento de Santos S.A.** examinou as Demonstrações Contábeis da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, complementadas por Notas Explicativas, elaboradas em consonância com o que determina a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela legislação societária, através das Leis nºs. 11.638/2007 e 11.941/2009, e suas alterações. Com base nos resultados apresentados nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31.12.2024 os membros efetivos do Conselho Fiscal constataram que o resultado do exercício apresentou lucro de R\$ 66,7 milhões, o fator principal foi o desconto obtido no parcelamento junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no montante de R\$ 84,2 milhões que permitiu a redução dos encargos financeiros referente a multas, juros e correção monetária, os débitos estavam em Dívida Ativa e estavam sendo negociados desde setembro/23, o parcelamento foi deferido em dezembro/24.

Verificamos que o saldo dos débitos em dívida ativa no montante de R\$ 57 milhões, estão sendo parcelados junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, consolidado vai permitir uma redução do passivo para o exercício de 2025. Em relação a renegociação do Termo nº 43/2011 de Compromisso de Pagamento de Débitos firmado com a PMS referente ao parcelamento da Lei 11.941/2009 e Lei 10.522/2002 apesar dos esforços da Prodesan junto a PMS para pagamento da dívida mediante dação de imóveis e proposta de parcelamento, a negociação continua sem solução, gerando aumento dos encargos financeiros, absorvendo o lucro operacional e impactando o resultado do exercício. Conforme consta no relatório dos Auditores Independentes a base para opinião com ressalva foi as obrigações tributárias não recolhidas em diversos exercícios passados, por vezes parcelados e reparcelados, mas não tendo continuidade nas amortizações, trouxeram como consequência prejuízos financeiros com representatividade nas demonstrações contábeis da companhia, evidenciado através do patrimônio líquido a

descoberto no exercício. A Administração Municipal e Prodesan deverão procurar uma solução para equacionar os débitos junto ao Fisco Federal e Municipal, para dar continuidade ao saneamento da empresa. O Conselho Fiscal levando em consideração as análises realizadas, as práticas adotadas para o encerramento do Balanço Patrimonial, tudo em consonância com a legislação em vigor e o Parecer dos Auditores Independentes, firma opinião que os citados documentos estão em condições de serem aprovados e submetidos a final apreciação e aprovação dos Acionistas.

Não compareceu na reunião o Sr. José Duarte de Almeida Alves.

Santos, 27 de março de 2025.

**MARLI NUNES DE SOUZA**  
**FRANCISCO PEREIRA DA SILVA FILHO**  
**EDÉLCIO FRANCISCO ANSELMO**  
**FÁTIMA APARECIDA JARDIM DO NASCIMENTO**